



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



RUI MACHETE OUVIDO NO PARLAMENTO

Explicações foram atrasadas

Os accionistas do BPN tentaram atrasar o envio para o Banco de Portugal (BdP) do levantamento das irregularidades detectadas na gestão da instituição depois de José Oliveira e Costa ter abandonado a presidência do banco. A revelação foi feita ontem por Rui Machete, antigo presidente do conselho superior do BPN, na Comissão Parlamentar de inquérito à nacionalização.

Aos deputados, Rui Machete explicou que “após a saída de Oliveira e Costa, os accionistas começaram a perceber que a situação era muito mais grave do que se previa e que envolvia, inclusivamente, problemas de legalidade”.

Face a isto, explicou o ex-ministro do PSD, “alguns accionistas manifestaram a intenção de não responder imediatamente ao BdP, preferindo aguardar por elementos que pudessem provar com certeza” estas irregularidades. Machete contou ainda que, na qualidade

de presidente do conselho superior do banco, abordou Abdool Vakil, entretanto nomeado para o lugar de Oliveira e Costa, tendo-o aconselhado a prestar as informações necessárias ao banco governado por Vítor Constâncio.

Embora presidisse a este órgão consultivo, Rui Machete fez questão de sublinhar que o conhecimento que tinha da gestão de Oliveira e Costa era reduzido: “Entre os accionistas havia diferentes níveis de conhecimento do que se passava no banco e havia muitos accionistas que sabiam mais do que eu”, defendeu.

Durante a sua intervenção, Rui Machete referiu ainda que a principal preocupação do BdP em relação ao BPN dizia respeito “à solvabilidade e aos rácios”, tendo o supervisor pressionado por diversas vezes o BPN no sentido de ser realizado um aumento de capital, que esteve para ser concretizado antes da nacionalização. ■



Rui Machete foi presidente do conselho superior do BPN



ID: 24493808

03-04-2009

BPN ■ RESPONSÁVEL DO Balcão de Fafe Junta-se ao caso dos de Gondomar e Amoreiras (Lisboa)

Mais um gerente em fuga após desfalque

■ José Ribeiro terá desviado dinheiro de clientes e não é visto há 3 meses. Pode estar em Angola

● ANA ISABEL FONSECA TEXTOS
SÓNIA CALDAS FOTOS

Mais um gerente do BPN fugiu do País, desta vez o da agência de Fafe. José Augusto Ribeiro, de 53 anos, está desaparecido há mais de três meses depois de ter feito um desfalque no banco. O valor desviado ainda não está apurado.

É o terceiro caso, em poucos meses, no BPN: José Pereira, gerente do balcão das Amoreiras (Lisboa), desviou 1,5 milhões e fugiu no fim de 2008; seguiu-se Artur Alho, em Gondomar, que desviou 2,5 milhões e que está em Espanha; e agora José Ribeiro, em Fafe.

Ao que o **CM** apurou, José Ribeiro está em Angola, onde viveu vários anos. Na rua onde vivia com a mulher e dois filhos nunca mais foi visto. A mulher, ao saber do desfalque, entrou em depressão. Mas o ex-gerente já falou várias vezes com a família, dando conta do seu paradeiro. "Não o vejo há meses. Os filhos e a esposa também aparecem muito pouco", contou uma vizinha.

Segundo clientes contaram ao **CM**, o esquema do bancário era simples: emprestava grandes quantias a juros elevados a empresários da zona com quem mantinha amizade, sem que o banco tivesse conhecimento. Na cobrança, o ex-gerente retirava parte do dinheiro para si. A burla foi descoberta quando várias empresas da região faliram e algumas não pagaram a João Ribeiro. Sem ter como repor o dinheiro, começou a desviar quantias de contas de clientes. "As pessoas depositavam dinheiro sem assinar papéis porque confiavam nele. Depois percebiam que nada tinham", disse outro cliente. ■

A mulher entrou em depressão quando soube dos crimes



José Ribeiro era gerente do BPN de Fafe (esq.) e vivia numa casa da Urbanização Sol Poente, perto do centro cidade



Filho acreditava no suicídio

Auditorias revelam irregularidades

● "A nova administração do BPN introduziu uma série de procedimentos com o objectivo de tornar mais transparente o funcionamento do banco", afirmou ao **CM** uma fonte do banco. A mesma fonte adiantou que "entre essas medidas se encontra uma política de rotação de gerentes e processos de auditoria internos. Estes casos (Fafe e Gondomar) são fruto da introdução destas medidas de controlo interno". O BNP confirmou que Artur

Alho fez um desfalque de 2,5 milhões de euros na agência de Gondomar, mas não apresentou queixa contra o gerente. A administração no banco assumiu o desvio do dinheiro nas contas de seis clientes.

Artur Alho encenou o suicídio antes de ser oficializada a sua transferência para outro balcão, quando uma auditoria interna detectou que o gerente em Gondomar era responsável pelo desfalque de 2,5 milhões de euros. ■ M.T.

Enganou mais de uma centena de clientes

● Vários são os clientes que perderam dinheiro com os esquemas do ex-gerente do BPN de Fafe. Pelo menos cem já se queixaram de irregularidades nas suas contas. "Ele tinha jeito para falar com as pessoas. Enganou muita gente. Sabia exactamente quem tinha dinheiro e a quem podia roubar", contou um cliente. Mário Marinho, empresário em Fafe, tem há vários meses cerca de um milhão de euros bloqueados - e durante os próximos oito anos - numa conta no BPN. "Ele falsificou a assinatura do Mário e depositou o dinheiro numa conta com fundo de risco, sem ele saber. É que o BPN pagava ao gerente uma comissão por cada depósito a longo prazo que conseguisse", explicou ainda, sublinhando que José Ribeiro também passou vários cheques sem cobertura. ■

🔍 PORMENORES

● **SALÁRIO**
José ganhava cerca de 4500 euros no banco, sendo que 2000 euros eram comissões que o BPN pagava por cada investimento a prazo que conseguisse.

● **EMPRESÁRIOS**
Os clientes de José eram sobretudo empresários ligados aos ramos da indústria e da construção civil.

● **100 MIL EUROS A CASAL**
O ex-gerente desviou de uma só vez cem mil euros a um casal que se estava a divorciar.

BPN ■ OLIVEIRA E COSTA CONTACTOU PRIMEIRO-MINISTRO E FALOU-LHE DO GRUPO CARLYLE

Sócrates sabia das dificuldades

■ Acta de 2007 entregue à comissão de inquérito parlamentar revela que o Executivo e o Banco de Portugal conheciam a situação financeira do BPN

● DIANA RAMOS

O primeiro-ministro, José Sócrates, e o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, terão sido informados por Oliveira e Costa das dificuldades financeiras do grupo BPN/SLN em Dezembro de 2007.

Numa acta do Conselho Superior da SLN, entregue pelo ex-presidente Rui Machete à comissão de inquérito parlamentar, datada de 17 de Dezembro de 2007, Oliveira e Costa faz um resumo das explicações que deu junto do primeiro-ministro, durante uma reunião, sobre uma eventual entrada do grupo norte-americano Carlyle no capital do BPN/SLN para colmatar os problemas existentes com o rácio de solvabilidade da instituição.

Segundo o documento, o então presidente do banco referiu que tomou "medidas complementares sobre este assunto", tendo abordado Sócrates "para explicar as implicações da possibilidade de abrir o capital a uma entidade estrangeira". Oliveira e Costa pretendia saber se o chefe do Executivo tinha alguma coisa a opor ao negócio.

José Sócrates acolheu bem a sugestão, acrescenta-se na acta, e terá inclusive dado a indicação de que iria informar Vítor Constâncio da necessidade de uma reunião para ser o BPN a colocá-lo a par desta situação.

De acordo com Rui Machete, a venda do capital do grupo à Carlyle, mais tarde rejeitada pelos accionistas, "resultou da sensação de que o grupo se encontrava numa situação de dificuldades". Para

Oliveira e Costa queria manter o banco em mão nacional

Machete, o encontro aconteceu porque Oliveira e Costa defendia a noção de que "o banco devia manter-se em mão nacional e que este

negócio punha em causa esse princípio".

Outra das actas entregue por Rui Machete revelou que os accionistas que fizeram parte da Comissão de Avaliação e Nomeações, Almiro Silva, Joaquim Coimbra, Adelino Silva e Fernando Cordeiro, pediram dinheiro pelas tarefas desenvolvidas no período em que planearam a mudança de gestão do grupo SLN/BPN e a saída de Oliveira e Costa da presidência da instituição. ■



Rui Machete foi ontem ouvido pelos deputados na comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN

APÓIOS

● **DECISÃO FINAL**
O Governo de José Sócrates conta reunir nos próximos dias todos os elementos necessários para tomar uma decisão final sobre o Banco Português de Negócios (BPN).

● **CONSELHO SUPERIOR**
Rui Machete presidiu ao Conselho Superior enquanto representante da Fundação Luso-Americana, que lidera. Fundação esta que foi convidada por Oliveira e Costa a entrar no capital da instituição financeira.

Jorge Coelho demarca-se

● O presidente executivo da Mota-Engil, Jorge Coelho, enviou uma declaração à comissão de inquérito parlamentar na qual afirma ser "falso" ter quaisquer interesses em empresas do grupo SLN ou no BPN. A tomada de posição surge numa carta assinada também pelo actual presidente do conselho de administração da SLN, Fernando Lima, depois de rumores que davam conta de ligações do nome do antigo dirigente socialista ao universo SLN. Coelho chegou a fazer parte da lista de audições da comissão. ■



**BANCA**

Futuro do BPN decidido até ao final deste mês

O futuro do Banco Português de Negócios (BPN) deve ficar decidido ainda este mês, depois de o Ministério das Finanças receber as avaliações encomendadas ao Deutsche Bank e à Deloitte, apurou o **Negócios**. Os relatórios serão entregues à tutela ainda antes da Páscoa, ou seja, nos próximos dias, como já referiu o ministro da Presidência. Logo que tenha as avaliações, Fernando Teixeira dos Santos estará em condições de tomar uma decisão rápida sobre a melhor solução para a instituição nacionalizada em Novembro passado.

A intenção do Governo é adoptar a alternativa que melhor defenda os interesses patrimoniais do Estado. Uma preocupação central uma vez que as irregularidades cometidas no BPN durante a administração de José de Oliveira Costa causaram perdas que rondam os 1,8 mil mi-

As avaliações
ao banco,
pedidas ao
Deutsche Bank
e à Deloitte, vão
ser entregues
ao ministro
das Finanças
antes da Páscoa.

lhões de euros. A solução para o futuro da instituição vai ter que acautelar estes prejuízos. E caso se opte pela manutenção do banco enquanto entidade independente as necessidades financeiras poderão subir, por forma a manter os níveis de solvabilidade em valores confortáveis.

Em cima da mesa de Teixeira dos Santos, há três soluções alternativas para o BPN propostas pela actual administração liderada por Francisco Bandeira. Os cenários em causa passam pela reprivatização imediata do banco, a sua integração na CGD (responsável pela gestão) ou a sua manutenção tal como está para posterior alienação. **MJG**



SLN continua negociações para vender fornecedores da Autoeuropa

A VOLKSWAGEN e a Faurecia estão na corrida para comprar a SPPM e a Inapal Plásticos. A Sociedade Lusa de Negócios confirma as negociações e espera chegar a acordo em breve.

Sara Piteira Mota
smota@economicasgpps.com

“Queremos encontrar uma solução que agrade a todos os intervenientes”, diz fonte oficial da SLN.

Fernando Lima, actual presidente da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), disse que a última coisa que pretende fazer é “fechar ou vender empresas só por vender”. Este gestor que deixou a administração da construtora Abrantina para assumir o controlo da SLN prepara-se para vender dois dos activos que a sociedade tem na área automóvel.

“A SLN está em negociações para vender a Sociedade Portuguesa de Pintura e Moldagem (SPPM) e a Inapal Plásticos. Queremos encontrar uma solução que agrade a todos os intervenientes, e que

não prejudique a Autoeuropa”, disse ao Diário Económico, fonte oficial da SLN. Em cima da mesa, estão para já duas propostas. A francesa Faurecia, com fábrica no parque da Autoeuropa, propôs a compra da SPPM mas com a condição de que “não assumirá o passivo que a empresa do grupo Sociedade Lusa de Negócios acumula”. Com perdas de 23 milhões de euros nos últimos anos, a SPPM viu a sua posição deteriorar-se com as quebras de produção do seu principal cliente, a Autoeuropa. Juntamente com a Faurecia está previsto que PME Investimentos entre com algum capital. A segunda opção passa

mesmo pela própria Volkswagen (VW). Como um dos principais fornecedores de componentes para a Autoeuropa, a SPPM é um activo muito interessante para a VW. Aliás, o interesse da fabricante de carros alemã justifica-se pela forte dependência da Autoeuropa em relação à empresa de pintura responsável pela produção de oito componentes para o modelo Volkswagen Eos e do pára-choques do Scirocco. “Se a SPPM parar, a Autoeuropa não faz carros”, disse fonte do sector. Actualmente, “Octávio Carmo Costa, director

para o desenvolvimento estratégico de fornecedores na Autoeuropa, assumiu o cargo de direcção da SPPM. Uma medida provisória até ser encontrada a uma solução para a empresa”, refere fonte ligada ao processo.

Em 2006, Dias Loureiro, presidente do conselho de administração da SPPM na altura, disse que foi investido 50 milhões de euros na Inapal Plásticos (joint-venture entre a Inapal e a alemã Peguform) e criou 300 novos postos de trabalho.

Fusões no sector automóvel

A possível entrada da Faurecia na SPPM e Inapal pode ser apenas o primeiro movimento de concentração a acontecer no sector. “Existem outros fabricantes no parque da Autoeuropa que apresentam uma situação complicada. Muito provavelmente vamos assistir, nos próximos meses a algumas parcerias ou mesmo fusões”, refere uma fonte do sector.

Para responder a este tipo de situações, que em tempo de crise são frequentes, o Governo criou um fundo para aquisições e fusões dentro do Plano de Apoio ao Sector Automóvel (PASA). Este fundo irá disponibilizar 175 milhões de euros. ■



Fernando Lima, presidente da Sociedade Lusa de Negócios.



ID: 24493492

03-04-2009

Machete revela aval de Sócrates para venda de BPN à Carlyle

Acta. Rui Machete entregou actas na Comissão Parlamentar de Inquérito em que José Oliveira Costa revela conversas com José Sócrates. Segundo o antigo presidente do BPN, o primeiro-ministro não se opunha ao negócio e até informava Constâncio

■ EVA CABRAL

O presidente demissionário do conselho superior da SLN Rui Machete entregou na comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN as suas actas – que estão no arquivo da FLAD – e onde se revela que na reunião deste órgão, datada de 17 de Dezembro de 2007, José Oliveira Costa refere ter dado conhecimento ao primeiro-ministro, José Sócrates, da intenção de alienar à Carlyle uma parte do capital do grupo.

Na acta, ontem parcialmente lida na comissão de inquérito por Honório Novo (do PCP), Nuno Melo (CDS/PP) e João Semedo (BE), o ex-administrador Oliveira Costa refere que "tomou medidas complementares, sobre este assunto (venda de parte do capital à Carlyle) nomeadamente a realização de uma reunião com o primeiro-ministro José Sócrates para lhe explicar a intenção do grupo de abrir o capital a uma entidade estrangeira". O ex-administrador do

grupo BPN/SLN terá explicado ao conselho superior que "o objectivo era o de saber se o Governo tinha algo a observar, uma vez que se tratava de uma participação num grupo predominantemente financeiro por uma entidade de fora do espaço da União Europeia". Segundo revela a acta, Oliveira Costa disse ainda ao conselho superior que "José Sócrates acolheu bem o negócio, e disse mesmo ir avisar o governador do Banco de Portugal sobre a hipótese deste se concretizar". O DN contactou o gabinete de José Sócrates para obter uma reacção, o que não foi possível até ao fecho desta edição.

Vários deputados tentaram que Rui Machete explicitasse estas passagens das actas. Na resposta, o presidente da FLAD adiantou que não podia confirmar o teor das conversas com Sócrates e comunicadas ao conselho superior da SLN por Oliveira e Costa: "Se houve ou não contactos, terá de perguntar aos próprios" disse Machete aos deputados.



Rui Machete foi ao Parlamento fazer revelações sobre o BPN

Sobre a hipótese da Carlyle tomar uma participação no grupo BPN/SLN Rui Machete adiantou que na altura estranhou "que boa parte dos accionistas estivessem mais interessados na manutenção do controlo do grupo, e não tanto na efectiva bondade do negócio".

O presidente da FLAD frisou, ainda, que a proposta de compra de parte do grupo SLN pela Carlyle chegava "de diversas fon-

tes, designadamente, por parte de Oliveira e Costa mas também do accionista Joaquim Coimbra" acrescentando que "existiam algumas dúvidas sobre o negócio concreto". Segundo lembrou Rui Machete na altura defendeu que era necessário "uma proposta formal da Carlyle" e que esta "nunca se veio a concretizar". Nessa altura o BPN tinha um problema de cumprimento dos rácios de solva-

FLAD deixou "a tempo" de ser accionista

O presidente demissionário do conselho superior da SLN, Rui Machete, explicou ontem que a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento saiu "a tempo" de accionista da SLN, e explicou que a decisão de se retirar foi tomada por "existirem estilos de gestão que não lhe agradavam". Rui Machete especificou que Oliveira e Costa se apresentavam como "percebendo de todos os assuntos, da área financeira aos seguros mas passando pelos cimentos e pelos vinhos". Para além disso, as remunerações pagas pelo capital investido "estavam em queda" pelo que a FLAD decide começar a desinvestir tendo vendido a última parcela que detinha no capital em 12 de Abril de 2007 por um valor por acção de cerca de 2,2 euros. O presidente da FLAD frisou que a instituição "teve uma mais valia com a operação", e adiantou ter continuado por mais algum tempo nas funções de presidente todo Conselho Superior por ter um papel a desempenhar no encontrar de uma solução. E. C.

bilidade tendo Rui Machete referido que por diversas vezes se tinha colocado a questão de ser necessário "ou um aumento de capital".

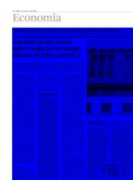
Machete frisou várias vezes que considerava que as negociações para a venda de uma participação ao grupo Carlyle "tinham formulações pouco claras e que nunca foram esclarecidas" isto apesar de adiantar que isso não quer dizer "que fossem ilícitas". ■

**Futuro do BPN será decidido nos próximos dias**

O ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, afirmou ontem que as Finanças contam reunir nos próximos dias os elementos

necessários que o habilitem depois a tomar uma decisão final sobre o futuro do Banco Português de Negócios (BPN).





BPN Finanças e Banco de Portugal não comentam requerimentos de Madrid

Espanha pediu dados sobre negócios do amigo libanês de Dias Loureiro

Fisco espanhol solicitou informações detalhadas à DGCI sobre duas empresas de Al Asir em Portugal com contas no BPN. As empresas foram criadas pelo próprio banco

Cristina Ferreira e Vítor Costa

● A administração fiscal espanhola enviou em 2006 cartas à sua congénere portuguesa a solicitar informações detalhadas sobre a relação existente entre o Banco Português de Negócios (BPN) e o libanês Abdul Al Asir, amigo de Manuel Dias Loureiro, ex-administrador do grupo financeiro, e cujo nome aparece associado à família real espanhola. A Direcção-Geral dos Impostos (DGCI), tutelada pelo Ministério das Finanças, informou que ao abrigo do sigilo bancário não podia facultar os dados solicitados, mas esclareceu que os números de contribuintes das duas empresas espanholas de Al Asir foram requeridos pelo BPN.

O PÚBLICO apurou que entre Novembro de 2006 e Fevereiro de 2007, as Finanças e a Agencia Tributaria espanhola, delegação especial de Madrid, com o pelouro da investigação criminal, trocaram correspondência a propósito das relações de negócio entre o BPN e duas empresas de Al-Asir, a Gran Soto e a Miraflores Dieciocho. A iniciativa partiu das autoridades castelhanas, no quadro de uma investigação realizada a Al-Asir, que aparece referenciado na imprensa internacional como "traficante de armas", e após terem sido detectados movimentos financeiros transnacionais irregulares efectuados entre 2000 e 2003.

Na sequência, a administração fiscal espanhola, pediu por escrito à Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) esclarecimentos sobre as contas bancárias abertas no BPN pela Gran Soto e pela Miraflores e solicitam dados sobre os movimentos financeiros superiores a 60 mil euros. Os espanhóis procuram ainda informar-se sobre a actividade das empresas em Portugal, sobre os activos mobiliários e imobiliários detidos e sobre os veículos associados. O objectivo é justificar um conjunto de transferências realizadas pelo BPN, somando várias centenas de milhares de euros, para contas associadas às duas empresas de Al Asir, e que não terão desenvolvido actividade em Portugal.

Resposta de Lisboa

Na resposta enviada aos investigadores tributários espanhóis, em Fevereiro de 2007, a DGCI alega que não pode responder às questões colocadas por estas estarem abrangidas pelo sigilo bancário. Mas informa que as empresas estão registadas em Portu-

gal, como não residentes, e que são contribuintes sem actividade.

Os responsáveis nacionais indicam ainda que o número de contribuinte das duas sociedades espanholas sujeitas a retenção na fonte foi requerido pelo BPN.

A Gran Soto tem ainda contas noutros bancos espanhóis, designadamente Santander, Zaragozano e Atlântico,

tendo a Miraflores conta aberta no Barclays Bank Espanha, que absorveu o Zaragozano. A Gran Soto é detida em 99 por cento por uma sociedade luxemburguesa, a Canal de Communications, criada em 1997, e que, por sua vez, é controlada pela luxemburguesa Interconsult. Al Asir possuía 99 por cento do Canal Communications, mas em 2001 o controlo da empresa passou para a Interconsult. Já a Miraflores, com sede em Espanha, mas constituída no Panamá em 1985, não tem accionistas conhecidos e possui um único activo conhecido, um imóvel situado em Puerta de Hierro, em Madrid, que envolveu um investimento de quase nove milhões de euros, e que é utilizado pela família de Al Asir.

Negócios de Al Asir

Para além da Gran Solo e Miraflores, Al Asir aparece associado em Portugal a uma terceira sociedade com conta aberta no BPN, a La Granjilla, e que beneficiou de um financiamento de oito milhões de euros destinado a promover a construção de um empreendimento imobiliário nos arredores de Madrid. O empréstimo foi concedido sem garantias e surge agora nas contas do BPN como sendo um crédito malparado. A ligação de Al Asir ao grupo SLN/BPN surgiu no final dos anos noventa pela mão de Dias Loureiro, que já esclareceu que tinha sido por intermédio do libanês que fez o negócio da Pleiade em Marrocos. Por outro lado, a compra pela SLN da Biometrics e da New Tech, tecnológicas de Porto Rico, contou do lado vendedor com Al Asir. Este negócio foi encabeçado por Dias Loureiro e resultou num prejuízo de 38 milhões de euros para a instituição portuguesa. Dias Loureiro desempenhou funções executivas na SLN e no BPN na primeira metade da actual década. No quadro da Comissão de Inquérito parlamentar à nacionalização do BPN ficou ainda a saber-se que três *off-shores* (Adler, Delas e Eleia), inicialmente associadas ao libanês e com empréstimos contraídos junto do BPN Cayman no valor de 14 milhões de euros, sem garantias reais, apesar de estarem em nome de Al Asir, afinal pertenciam à SLN. Os 14 milhões, conforme se veio a saber, estavam relacionados com o negócio de Porto Rico.

Bloco quer ouvir Governo

O Bloco de Esquerda (BE) recebeu já extensa documentação sobre a troca de correspondência entre as autoridades de Portugal e de Espanha, e já solicitou, no quadro do inquérito parlamentar, explicações.

Em declarações ao PÚBLICO João Semedo adiantou que o BE tomou conhecimento "da investigação das autoridades fiscais espanholas" aos negócios do libanês Al Asir, que nos contactos com as Finanças procuraram "elementos sobre as volumosas transferências do BPN para sociedades relacionadas com Al Asir". Nesse sentido, adiantou, "queremos saber se o Governo português respondeu e que resposta deu - embora suspeitemos que não terá dado nenhuma, e se as finanças portuguesas alertaram ou não o Banco de Portugal (BdP)". O BE salienta que o libanês não é um cliente qualquer pois está "internacionalmente associado ao negócio de armamento", pelo que o Estado português "não pode tratá-lo como um anónimo".

O PÚBLICO tentou saber junto do Ministério das Finanças qual a resposta dada pela DGCI ao fisco espanhol e se foi feita alguma comunicação ao BdP, mas fonte oficial daquele ministério esclareceu que "essa informação não pode ser fornecida porque está sujeita ao sigilo fiscal" e que "só poderá ser divulgada, mediante autorização das empresas envolvidas".

O BdP diz que não tem comentários a fazer sobre se recebeu, ou não, alguma comunicação das Finanças, mas o PÚBLICO sabe que a instituição liderada por Vítor Constâncio não foi informada.

Bloco de Esquerda vai inquirir Governo no âmbito do inquérito ao BPN

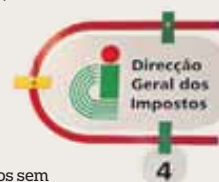


O sigilo bancário

Levantamento depende de indícios concretos

A Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) recusou prestar informações às autoridades espanholas com o argumento de que a lei nacional protege o sigilo bancário. No entanto, a legislação nacional, apesar de não permitir o acesso a informação bancária de forma livre como em Espanha, deixa aberta a possibilidade de o fisco aceder a essa informação e de a trocar com outros Estados, desde que existam acordos de colaboração e desde que o pedido seja fundamentado. No caso em concreto, o facto de o pedido de Espanha ser genérico e não invocar sustentadamente quais os motivos para o mesmo poder estar na base da recusa. A legislação nacional, mais concretamente a Lei Geral Tributária, estabelece que "a administração tributária tem o poder de aceder a todas as informações ou documentos bancários sem

dependência do consentimento do titular", mas apenas quando "existam indícios da prática de crime em matéria tributária"; ou quando "existam factos concretamente identificados indicadores da falta de veracidade do declarado". Por outro lado, mesmo que a administração fiscal portuguesa tivesse acedido a essas informações, ainda haveria outro aspecto a considerar. Os funcionários dos impostos estão obrigados a guardar sigilo sobre os dados recolhidos, no entanto, este dever cessa nos casos de "assistência mútua e cooperação da administração tributária com as administrações tributárias de outros países resultante de convenções internacionais a que o Estado Português esteja vinculado, sempre que estiver prevista reciprocidade", como é o caso de Espanha.





RUI GAUDÊNCIO



Carta enviada à Comissão de Inquérito

Jorge Coelho demarca-se do Grupo SLN/BPN

Jorge Coelho, antigo ministro nos governos de António Guterres e actual presidente da Mota-Engil, garante que não tem qualquer ligação com o grupo Sociedade Lusa de Negócios/Banco Português de Negócios (SLN/BPN).

Numa carta dirigida a Maria do Rosário Belém, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN, e a que o PÚBLICO teve acesso, diz que foi "informado sobre o envio a essa Comissão onde seria referida a minha participação societária em empresas do mesmo grupo [BPN]. Como esse facto é falso, solicitei à SLN informação sobre se nos seus registos existia ou não alguma empresa do grupo de que a minha pessoa fizesse parte da sua estrutura accionista. O Grupo SLN, através do seu presidente do Conselho de Administração, enviou-me a nota em anexo onde é afirmado que o signatário não faz parte de nenhuma empresa do universo do referido grupo".

De seguida, Jorge Coelho transcreve a informação prestada pelo presidente do Grupo SLN onde se pode ler que, "nos registos da SLN, SGPS, SA ou de qualquer das suas participadas ou referenciada como com ele tendo tido relações, nomeadamente a Expodomus - Imobiliária, SA, não consta o nome de V. Exa. como sócio ou qualquer outro título".

A ExpoDomus é detida pela Sociedade Imobiliária Marques de Pombal, de José Albano de Oliveira. Contactado pelo PÚBLICO, Albano de Oliveira negou que Jorge Coelho estivesse envolvido nos negócios da empresa.



Ver mais em www.publico.pt

Saiba mais sobre a ExpoDomus e sobre o pedido que o Bloco de Esquerda fez para ouvir o seu presidente no Parlamento.